

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.559, DE 2016

Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no art. 28, XVII, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Autor: Deputado EDUARDO BARBOSA

Relatora: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.559/2016 visa alterar o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acrescentando-lhe um inciso VI, para dispor sobre a formação mínima a ser requerida dos profissionais de apoio escolar previstos no art. 28, XVII, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Havendo tramitado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), a proposição recebeu parecer favorável em 05/07/2017.

Na Comissão de Educação (CE), onde foi acolhido em 06/07/2017, o mesmo foi distribuído para minha relatoria em 17/08/2017. Não lhe foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 6.559/2016, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, tem o propósito dar consequência e aprimorar o disposto no inciso XVII do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

O dispositivo supramencionado incube o poder público de oferecer “profissionais de apoio escolar” para apoiar estudantes com deficiência no atendimento das necessidades (higiene, locomoção, alimentação, comunicação, etc) que estes, por sua condição, estejam impossibilitados de realizar sozinhos.

O projeto de lei em tela prevê que esse profissional, além da formação geral, em nível médio, deva ter formação específica, pelo menos, em nível técnico. Conforme argumenta a nobre colega da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), Deputada Rosinha da Adefal, “apesar de, para exercer a função de apoio, não serem necessários conhecimentos pedagógicos, acreditamos ser fundamental que esses profissionais possuam alguma formação na área educacional, de forma a dar melhor suporte ao aluno no desempenho das atividades escolares. É importante que esse profissional compreenda minimamente o processo educativo do aluno ao qual presta apoio, além de suas necessidades na área da saúde propriamente ditas, mediante formação especializada em nível técnico.”

Com efeito, é grande e benéfico o impacto de que o profissional de apoio escolar possa deter conhecimentos básicos de saúde, de psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, bem como do que pode haver de

relevante para atender à especificidade do estudante com deficiência apoiado (linguagem braile e Libras, dinâmica emocional e comportamental da pessoa com transtorno do espectro autista, Síndrome de Down, por exemplo).

Cumpre, no entanto, lembrar que o atendimento do disposto na proposição, requererá a ação do Conselho Nacional de Educação no sentido de regulamentar o currículo dessa nova habilitação técnica-profissionalizante.

Pelas razões expostas, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 6.559/2016.

Além de reiterar o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), reiteramos também a observação da necessidade que se corrija pequeno erro de digitação contido no texto do PL referente à numeração do dispositivo que está sendo inserido no art. 59 da LDB, no caso inciso VI e não IV, como consta na redação da iniciativa

Sala da Comissão, em de novembro de 2017.

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Relatora